

Cuidar em Liberdade¹

Marina BARBOSA²

Bruna ALMEIDA³

Faculdade Laboro, DF

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o CAPS, atual dispositivo público de assistência às pessoas em sofrimento psíquico grave. Busca-se também avaliar o que pode ser aprimorado neste serviço, através da crítica ao modelo manicomial cuja estratégia é utilizar o isolamento, a violência e punição para tratar a saúde mental das pessoas.

Palavras-chave: Saúde mental; reforma psiquiátrica; CAPS; isolamento; direitos.

Ao longo da história, muitas pessoas foram classificadas como “loucas” por apresentarem comportamentos diferentes daqueles que eram considerados pela maioria como “normais”. Assim, quem manifestasse condutas divergentes das regras sociais e causasse desordem social deveria ser excluído do convívio social e em alguns casos receber tratamento para se readequar aos padrões socialmente impostos. Segundo Nogueira (2020, p. 33), qualificar negativamente, ou seja, “estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio”.

Para abrigar os “loucos”, foram criados hospitais psiquiátricos, que funcionam a partir da lógica manicomial, e a ciência médica passou a considerar o isolamento uma forma de cuidado. Nestes locais, essas pessoas foram silenciadas, tiveram seus direitos violados, perderam a liberdade, foram torturadas, submetidas a tratamentos cruéis e, muitas vezes, eram esquecidas ali em condições desumanas até o fim de suas vidas. Houve consequências irreparáveis à muitos indivíduos, incontáveis óbitos, danos físicos, psicológicos e sociais.

Nos hospitais psiquiátricos, ocorreram diversas violações dos direitos humanos, “(...) a loucura foi enclausurada e excluída da sociedade; há que libertá-la, dar-lhe cidadania” (SANDER, 2010, p. 384). Assim, o saber e a prática psiquiátricos passaram a serem vistos como ineficientes. Foi necessário elaborar novas formas de lidar com a saúde mental das pessoas. Assim, surgiu o movimento da Reforma Psiquiátrica e a construção de uma nova Política de Saúde Mental, que visam a desinstitucionalização do sujeito e a desconstrução da lógica manicomial, estimulando a promoção de cidadania, através da reinserção social, do trabalho, e do tratamento em seu território (CALDAS, NOBRE 2012).

¹ Trabalho apresentado para a disciplina de Produção e Inovação Científica da Faculdade Laboro, data da turma: 2 de Maio de 2020.

² Aluna do Curso de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, e-mail: marinasbdf@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Mestre da Faculdade Laboro. e-mail: professorabruna.almeida@gmail.com

No Brasil, tais mudanças iniciaram na década de 1970. Em dezembro de 2011, instituiu-se a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sistema de assistência “cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2011). O principal dispositivo da RAPS é o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que tem como objetivo acolher a pessoa em sofrimento psíquico grave, atender suas necessidades de forma multidisciplinar, promover sua reinserção social, o exercício da cidadania e a autonomia (BRASIL, 2011).

Os CAPS foram criados para substituir os Hospitais Psiquiátricos e geram resultados positivos e benefícios para a sociedade. Porém, atualmente, o modelo hospitalar ainda existe e há serviços de saúde mental que insistem em utilizar o isolamento, a violência e punição como formas de cuidar das pessoas em sofrimento psíquico grave. Dessa forma, para que não se repita o que houve no passado, é necessário coletar dados sobre o funcionamento dos CAPS, avaliar e analisar quais práticas desse serviço podem ser aperfeiçoadas.

Para promover uma reinserção social mais efetiva, pode-se propor mais atividades fora dos CAPS, buscando recursos dentro do território, incentivando a procura por trabalho, o interesse pelos estudos, o exercício dos direitos civis, momentos de lazer, passeios e estimulando os laços familiares e comunitários. É necessário treinar os profissionais, evitando que atuem de forma preconceituosa e reduzindo o sujeito ao seu transtorno, em vez de considerar o sujeito como um todo. Os profissionais precisam fazer mais visitas domiciliares, para acolher aqueles sujeitos que não conseguem sair de casa; e propor mais grupos e oficinas terapêuticas (de arte, música, dança, teatro, atividades físicas), para diversificar as ações.

Para promover o exercício da cidadania e a autonomia, é necessário que os profissionais evitem a tutelar os pacientes, permitindo que estes participem do tratamento, façam escolhas, tenham responsabilidades e direitos. Nota-se, também, que é necessário aumentar a quantidade de CAPS e de profissionais nas unidades, para suprir a grande quantidade de demandas da sociedade; e ter estruturas mais adequadas para as atividades propostas nos CAPS. É preciso, também, melhorar a comunicação e troca de informações tanto no CAPS quanto na Rede; e disponibilizar mais recursos para os funcionários: telefones funcionais; computador; impressora, transporte e recursos tecnológicos que facilitem os processos e a comunicação.

Essas propostas podem beneficiar os pacientes, profissionais e a comunidade, gerando resultados mais positivos para a saúde mental, e sem violar a dignidade humana. Atualmente, diante da pandemia que o mundo está enfrentando, estamos sentindo o que é ser confinado e o quanto essa restrição pode afetar nossa saúde mental.

Referências bibliográficas

BRASIL. Portaria nº 3088, de dezembro de 2011. Rede de Atenção Psicossocial. Ministérios da Saúde, Gabinete do Ministro, 2011. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 18/05/2020

CALDAS, Amanda; NOBRE, Júlio César. Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica Brasileira: Reflexões Acerca da Cidadania dos Portadores de Transtornos Mentais. Cadernos UniFOA, Edição nº 20, dezembro/2012.

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância Religiosa. Edição nº 1. São Paulo: Ed. Pólen, 2020.

SANDER, Jardel. A caixa de ferramentas de Michel Foucault: a Reforma Psiquiátrica e os desafios contemporâneos. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/19.pdf>. Acesso em: 21/05/2020.